

A FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO E O CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: A SOCIOLOGIA ¹

Heraldo Pessoa Souto Maior *

Gostaria, inicialmente, de exprimir a minha imensa satisfação em participar desta mesa-redonda e agradecer o amável convite que me foi feito para fazê-lo. Diria que me sinto honrado por isso, embora a carta-convite afirme que é “para honra da Fundaj”. Estamos, pois, duplamente honrados, eu e a Fundaj, embora isso possa trazer alguma complicação para mim. Pessoalmente, o tema de que vou falar envolve fatos que foram de enorme importância para minha vida profissional e me trazem gratas lembranças. Daí a minha imensa satisfação, a de relembrar os momentos iniciais de minha trajetória profissional. Duas coisas concorrem para isso.

Em primeiro lugar, o fato de ter participado da primeira pesquisa de campo realizada pela instituição que ora nos acolhe, a Fundaj, mas, para mim, ainda o Instituto Joaquim Nabuco, dando os primeiros passos em sua época dos chamados “tempos heroicos”. Pesquisa que significou para mim, também, o meu primeiro encontro com o trabalho de campo. Não sei se sou o único sobrevivente daqueles tempos.

Em segundo lugar, é bom que se lembre o significado que teve a criação do Joaquim Nabuco para as ciências sociais em Pernambuco.

¹ Exposição apresentada na mesa-redonda: *A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das Ciências Sociais no Brasil: linhagens, trajetórias, perspectivas*, do 14º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CISO), em 9 de setembro de 2009, na Fundação Joaquim Nabuco.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPE)

Em outro momento, numa tentativa de estabelecer uma periodização para a história da sociologia em nosso estado, afirmei que a institucionalização da pesquisa social empírica em Pernambuco ocorre com a instalação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, hoje Fundaj (SOUTO MAIOR, 2003, p. 20). Institucionalização formal em 1949, consolidada em 1951, com a realização de sua primeira pesquisa.

Não que inexistissem pesquisas antes do Nabuco, mas não em instituições voltadas para a pesquisa social. Alguns ensaios podem ser mencionados ainda nos anos 30, tais como a pesquisa de Josué de Castro sobre as condições de vida dos operários pernambucanos; a de René sobre o mesmo assunto, preparado para uma Semana de Ação Social patrocinada por correntes intelectuais católicas que, à época, poderiam ser consideradas progressistas; uma outra, em que esteve envolvido o professor Antônio Carolino Gonçalves, que viria a ser professor de estatística na Universidade e chefe do Departamento de Estatística do Instituto Joaquim Nabuco. Seria possível citar, ainda nessa década, o levantamento sobre os mocambos do Recife que precedeu o programa da Liga Social contra o Mocambo. Gilberto Freyre menciona essa situação em seu discurso de apresentação do projeto de criação do Joaquim Nabuco:

Entre nós, desde 1934, médicos, agrônomos, engenheiros, sociólogos, educadores, vêm-se preocupando, em esforços infelizmente dispersos, com as condições de vida e as necessidades da nossa gente rural e procurando trazer a contribuição de diferentes especialidades científicas para a solução de problemas tão complexos.

Impõe-se a coordenação desses esforços separados ou a mobilização dessas competências especializadas para a obra comum de “democratizar-se o solo”, como dizia Nabuco, libertando-se, assim, nossas populações rurais mais retardadas, das sobrevivências feudais ou medievais, de servidão, de miséria, de ignorância em que ainda há pouco as surpreendeu, nas zonas mais devastadas pela monocultura, o olhar sociologicamente clínico do Padre Joseph Lebet. (FREIRE, 1948).

A criação e a instalação do Instituto Joaquim Nabuco foram, portanto, naquela época, um marco, um momento crucial para as ciências sociais em Pernambuco. Um salto importante, sem dúvida. Talvez não, para os que se opunham a Gilberto Freyre, seja por questões ideológicas, inclusive religiosas, seja por orientações teórico-metodológicas ou lutas de poder e prestígio na vida intelectual da província.

Mais tarde, em entrevista a Freston (2001, p. 412), o professor Gláucio Veiga vaticina: “A Fundação não será importante para as ciências sociais. Vai se tornar em repartição pública totalmente burocratizada”. Avaliação que o próprio Freston considera ser “talvez [...] negativa demais”. Freston fala, também:

Afinal, provavelmente, existe uma folga orçamentária que poderia permitir uma ciência social mais acadêmica. Isso, no entanto, provavelmente seria mais fácil se houvesse modificações no sistema de recrutamento de pesquisadores, o que não deverá acontecer a curto prazo. Mesmo assim, focos de produção continuarão a existir e, além disso, devido a seus ricos acervos, a fundação continuará a ter uma importância para o pesquisador de fora. (FRESTON, 2001, p. 414)

Não sei se o próprio Gláucio Veiga, que era um forte crítico de Gilberto Freyre, algum tempo depois manteria essa opinião ao aproximar-se da Fundação e ao propor a criação de uma Cátedra Gilberto Freyre na UFPE.

Eu próprio comentei em entrevista citada por Freston (2001, p. 408): “A Fundação tem uma estrutura magnífica... mas falta um grupo maior de pesquisadores *seniors*... Hoje, é uma empresa que contrata pesquisas. Só há um ou outro mais interessado numa tendência mais acadêmica”. Afirmção feita em um momento em que estava como um observador à distância da Fundaj. É possível que, na época, minha observação fosse correta, embora, hoje, a expressão “tendência mais acadêmica” não seria a mais apropriada e mereça reparos e esclarecimentos a respeito do possível significado do que seja acadêmica.

Até que ponto a afirmação seria correta? Possivelmente, devido aos rumores que circulavam a respeito de um “antiPHdeísmo” existente na Fundação naquela época. Ou, mais adequadamente, de uma resistência institucional ao treinamento de seus pesquisadores na pós-graduação *stricto sensu*. AntiPHdeísmo que também existia na UFPE, seja pela presunção ostensiva de alguns novos doutores, seja pelo temor dos que não se dispunham a pós-graduarem-se. Tendência mais acadêmica significaria mais propriamente pesquisas que se elevassem acima do nível exclusivamente descritivo, ou seja, daquela que Bourdieu, em pequeno ensaio, chamou de pesquisa sem ciência. Talvez volte a esta questão.

Falarei, portanto, de tempos remotos, do momento dessa instalação e da institucionalização da pesquisa social, não apenas na sociologia, mas em outras ciências humanas. Não poderei traçar a história do que foi a sociologia na Fundaj durante os 60 anos de sua existência, já que o tempo em que a ela estive diretamente ligado foi curto e está distante. Isto está para ser feito e deveria sê-lo. Não que tenha deixado de ter contatos com a instituição e seus pesquisadores, mas contatos de visitante, sem o conhecimento do dia a dia do trabalho e dos acontecimentos. Diria, não chegava a conhecer sua vida íntima, apesar das informações de que, eventualmente, tinha conhecimento, inclusive pelas pesquisas e notícias publicadas em seu Boletim. Minhas atividades profissionais, no Serviço Social Rural, na Supra, no Ibra e na UFPE mantiveram-me suficientemente ocupado para manter maiores contatos, embora os desejasse em função de minhas ligações afetivas com a instituição e muitos de seus membros, sociólogos, economistas e historiadores. Destacarei o que aprendi como estagiário e a importância que isso teve em minha vida profissional. Seria como imaginar a repercussão do Instituto Joaquim Nabuco para as ciências sociais em Pernambuco transposta para o nível individual de minha experiência. Um primeiro passo para o que viria acontecer em escala mais ampla para muitos.

Por isso, indago-me se sou a pessoa mais indicada para falar da sociologia na Fundaj, sessenta anos depois. Creio, com toda franqueza, que o mais indicado seria estar no meu lugar um sociólogo da própria instituição, mais vivido no seu dia a dia e melhor conhecedor de seus problemas e de suas realizações nessa área do conhecimento. Trago apenas a minha experiência vivida dos seus primeiros passos. As dificuldades iniciais desses chamados “tempos heroicos” já estão narradas com muitos detalhes por Jucá (1991) e Freston (2001). E a história de outros tempos, também. Talvez possa acrescentar um ou outro detalhe dentro dessa minha experiência ou levantar questões do papel da sociologia na instituição e dela própria, nos tempos que correm.

No ensino superior ainda não existia o curso de ciências sociais e não existiam mecanismos institucionais que assegurassem a realização sistemática de pesquisas na área. O ensino estava institucionalmente desligado da pesquisa empírica e não existiam recursos alocados para esse fim.

O ensino e a pesquisa nas ciências sociais na Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco, vão encontrar-se oficialmente em 1963, no Instituto de Ciências do Homem. Segundo a estrutura organizacional da época, era o instituto central da área de ciências humanas para a pesquisa e a pós-graduação, composto pelas Divisões de Antropologia, Ciência do Direito, Economia, História, Psicologia e Sociologia, que foram se instalando paulatinamente (SOUTO MAIOR, 2003, p. 24).

Isso, contudo, acontece mais de dez anos depois da instalação do Nabuco.

Pode-se dizer, pois, que a completa institucionalização da Sociologia em Pernambuco se completou apenas ao se criar a pós-graduação e a pesquisa nesse Instituto (ICH), instalado no dia primeiro de julho de 1963, como decorrência da reforma universitária que instituiu os institutos de pesquisa e pós-graduação na então Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco. Nessa reforma, a graduação era tarefa das Faculdades, desempenhada pelos respectivos Departamentos, cabendo aos Institutos Universitários Centrais a pós-graduação e a pesquisa.

Também, é bom lembrar, no fim da década de 1940 e na de 1950, começa a crescer a necessidade de pesquisa e de sociólogos para diversas instituições governamentais. Em nível estadual é criada a Comissão para o Desenvolvimento de Pernambuco (Codepe), depois Condepe, e, em nível federal, o Serviço Social Rural (SSR) e a própria Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) na década seguinte. Com essa necessidade estava criado um novo mercado de trabalho que se ampliaria e que teria importância futura na criação da Associação dos Sociólogos de Pernambuco, em 1977, num movimento que uniu os acadêmicos e os profissionais, sendo eleito como primeiro presidente o professor Levy Cruz. Dessa época, recordo os esforços conjuntos ou isolados da Fundaj/Instituto Joaquim Nabuco realizando cursos de formação de pesquisadores sociais.

Passemos ao relato de minha experiência.

Instalado em 1949, é em 1951 que o Instituto Joaquim Nabuco realiza a sua primeira pesquisa de campo, iniciando-se o recrutamento de estudantes para estágio. Três estudantes de Direito e um secundarista, interessados em Sociologia e trabalho de campo, foram selecionados:

Antonio Luiz Lins de Barros, eu próprio, Renato Carneiro Campos, estudantes alunos da Faculdade de Direito do Recife, e Afonso José Marinho, estudante do curso secundário. Pelo menos em parte, esse processo de seleção teve algo a ver com a influência do senador Novaes Filho, que muito ajudara com seu prestígio político a instalação do Instituto. O seu filho, Afrânio Novaes, na época, também estudante de direito, foi uma espécie de emissário junto ao Diretório Acadêmico para a escolha e indicação dos possíveis estagiários. Renato Campos, ao que parece, além de seu interesse pela sociologia, mantinha relações próximas com a família do senador e, acredito, já nessa época, com Gilberto Freyre. Consta que, no meio desse percurso, o meu nome sofreu restrições por ser filiado, naquela época, ao Partido Socialista Brasileiro. Sei que disso não participaram o Diretório Acadêmico e a administração do próprio Instituto. Afonso Marinho, secundarista, tinha planos de se tornar antropólogo, já começara a pesquisar sobre jangada e, também creio, tinha contatos com René Ribeiro.

Fui selecionado depois de entrevista com o professor José Antônio Gonsalves de Mello Neto, Diretor do Instituto. Deixemos de lado a entrevista com o professor José Antonio, ocorrida à noite, em sua residência. Apenas referir que foi uma conversa bastante longa, amena, bastante agradável. Diria que praticamente sem formalidades. Passemos ao estágio e a minha experiência.

Logo passei a frequentar o Instituto e, durante algum tempo, não posso precisar quanto, houve muitas conversas, onde se discutia o próprio Instituto e seu destino e a escolha de temas de pesquisa. Era um ambiente democrático de discussão e muito aprendi com a convivência de René Ribeiro, José Antonio, Paulo Maciel e Carolino Gonçalves. Às vezes, também, com a presença de algum visitante. Talvez, uma espécie diferente de seminário continuado. Havia, ainda, as visitas à casa de Gilberto Freyre, sempre agradáveis e instrutivas sobre muitas coisas, inclusive o ambiente intelectual de Pernambuco.

Não me recordo se o tema da primeira pesquisa surgiu antes ou depois da chegada do sociólogo americano Olen Leonard, patrocinado pelas Nações Unidas. A ideia inicial de Gilberto era trazer o professor Charles P. Loomis, da Michigan State University, especialista de renome em teoria sociológica e sociologia rural, o que não foi possível. O próprio Loomis indicou o nome de Leonard, doutor pela mesma

universidade. Freston (2001, p. 380), em seu ensaio, menciona entrevista de Alfred Métraux em que este afirma não ter Leonard deixado boa lembrança, “por causa de sua falta de cultura geral e de curiosidade”. É possível que sim. Leonard era um assessor internacional, com uma missão a desempenhar: assessorar uma pesquisa no Nabuco. Não posso julgá-lo, pois na época, saído do ambiente “teórico”, da sociologia de poltrona ou livresca da Faculdade de Direito, o que me empolgava era a oportunidade do trabalho de campo. Nisso Leonard tinha experiência e competência, dada a sua origem acadêmica. Michigan State era muito forte em sociologia rural, com pesquisas nos Estados Unidos e no estrangeiro. Fomos para o campo, Leonard, eu e Afonso Marinho, e tivemos nosso trabalho diretamente supervisionado por ele.

Um detalhe importante é o de termos participado das discussões do tema da pesquisa, a habitação do trabalhador rural e de pequenos proprietários, da metodologia a ser empregada e das áreas a serem pesquisadas. Dando ou não dando palpites, participamos da receita do prato, o seja, da elaboração do projeto. Fomos para o campo com pleno conhecimento dos objetivos e metodologia da pesquisa, o que facilitou imensamente o nosso trabalho. Não encontramos um projeto feito para depois recebermos treinamento. O desenho do projeto já fazia parte desse treinamento. Internalizamos a pesquisa; era como se a pesquisa fosse nossa.

Três áreas ou amostras foram escolhidas para estudo: um engenho pertencente a uma usina de açúcar; outro engenho de propriedade de fornecedor, em Nazaré da Mata, e uma comunidade de pequenos agricultores no Agreste, em Caruaru.

Durante o trabalho de campo, alguns acontecimentos me alertaram e me servem até hoje para entender alguns de seus problemas. O primeiro foi na Usina Central Barreiros, onde ficamos hospedados na casa de hóspedes. O químico da usina nos recebeu e se mostrou muito amável, prestando-se a nos conduzir e acompanhar ao engenho escolhido. Isso preocupou Leonard por achar que ele desejava, de fato, “fiscalizar” o que estávamos fazendo. Problema de legitimação da pesquisa. Chegou a nos dizer: “Precisamos livrar-nos desse homem!”, o que aconteceu no terceiro dia. A administração da usina deve ter verificado que não éramos perigosos.

O segundo, ainda na usina, decorreu de fato fortuito. No caminho, ao voltar de uma residência de morador para o barracão do engenho, fui apanhado por uma chuva repentina que me encharcou. Temendo esfriar, seguindo norma costumeira, resolvi tomar um gole de cachaça. O empregado que me serviu foi generoso e carregou na dose. Para não passar por baixo da porteira, a cachaça foi bebida de um gole. Ouvi então esse comentário de um trabalhador: “Esse doutor é cordão”, que significava mais ou menos, “é um dos nossos”. Pude observar, a partir daí, um maior *rapport* nas entrevistas. Não éramos agentes do usineiro. A confiança se estabelecera dos dois lados e a pesquisa estava plenamente legitimada.

O terceiro ocorreu no engenho Cavalcanti, em Nazaré, onde as casas dos trabalhadores eram dispersas por todo o engenho, ao contrário das da usina, a maioria concentrada em uma vila. Um dos trabalhadores recusou-se terminantemente a responder o questionário. Por sorte, eu tinha o questionário memorizado. Guardei-o e entabulei conversa “informal” com o trabalhador. Obtive todas as repostas desejadas e pude preencher o questionário mais adiante. Aprendi a importância de dominar bem o instrumento de pesquisa e o impacto que este pode provocar com sua visibilidade.

Finalmente, em Caruaru, o último episódio. Ao chegarmos à comunidade a ser pesquisada, a dos pequenos agricultores, fomos recebidos por um deles, que nos pareceu ser o líder, e informados de que ninguém iria responder ao questionário. Indagado sobre as razões, informou que o seu Lourinaldo, comerciante na cidade os instruíra para não responder. Retornamos à cidade e descobrimos que o seu Lourinaldo era o presidente do diretório municipal do PSD e fomos encontrá-lo em plena reunião com os outros membros. Para nossa sorte, um desses membros era o professor José Leão, que fora meu professor de português no Ginásio de Caruaru. Expliquei-lhe e aos presentes os objetivos da pesquisa e o seu Lourinaldo retirou a proibição. Explicou-nos: “Pensei que se tratava de uma propaganda nova do candidato da UDN”. Era época de eleições municipais. Novamente a questão da legitimação e do contexto em que a pesquisa vai ou está sendo realizada. E um pouco sobre currais eleitorais e liderança em pequenas comunidades. Curioso é que o questionário incluía perguntas para a elaboração de sociogramas referentes a liderança, amizade, troca de visitas, compadrio, etc. Antes, na

Faculdade de Direito, por iniciativa pessoal, já havia tomado conhecimento de textos de Moreno sobre sociometria. Agora, começava a ver sua aplicação na pesquisa empírica.

Como já referi, essa experiência é um aspecto individual do que representou o Joaquim Nabuco naquele momento para a pesquisa social em Pernambuco. Diria, um aspecto micro do que foi o macro da institucionalização dessa pesquisa entre nós. Não sei até que ponto os que não viveram naquela época podem imaginar o que isso representou para o ambiente intelectual da província. Como vimos, a institucionalização completa da pesquisa social só vai ocorrer bem mais tarde, mais de dez anos depois, com a criação do Instituto de Ciências do Homem e com a pós-graduação em sociologia e as que lhe seguiram na UFPE.

Poderia, ainda, para corroborar as dificuldades financeiras que o Nabuco enfrentava naquela época, citar o fato de que a bolsa de estágio, programada para a duração de dez ou doze meses, teve seus recursos não renovados após quatro meses. Apesar disso, continuamos com nosso trabalho até o fim. Estávamos entusiasmados com a experiência, com o que estávamos aprendendo naquele ambiente. Certamente, também tínhamos a esperança de chegasse o tempo das vacas gordas e que conquistássemos ali (por que não dizer aqui?) um lugar permanente de trabalho.

A espera não se concretizou até o momento de descobrir, com a conclusão do curso de direito, que tinha a necessidade de ganhar o pão de cada dia. Começa aí o meu afastamento, embora os contatos permanecessem por um certo tempo e a participação esporádica em algumas pesquisas, aproveitando épocas de férias de minhas atividades desse ganha-pão. Lembro-me da elaboração de uma monografia para a Comissão de Bem Estar Social sobre a situação de pequenos proprietários.

Gostaria de mencionar, daquele tempo, um projeto importante que não veio a se concretizar, a ser realizado na região amazônica. Na época, o historiador Arthur Cesar Ferreira Reis, então primeiro superintendente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), creio que amigo de Gilberto Freyre, imaginou uma pesquisa de vulto naquela região. Pensava-se em estudar a realidade de várias comunidades amazônicas (naquele momento os estudos de comunidade estavam em voga) e me propunham ser um dos pesquisadores a perma-

necer por algum tempo nos locais pesquisados. A proposta me entusiasmou por dois motivos: conhecer a região amazônica e ter oportunidade de escrever minha tese de doutorado em Direito.

Tendo concluído os créditos em Direito Público, recusava-me a escrever uma tese livresca, como era o costume. Pretendia trabalhar na área de sociologia do direito, fazendo trabalho de campo, com o objetivo comparar o direito dos códigos com a prática efetiva em comunidades do interior. Entre outras coisas, o papel dos diversos líderes locais, autoridades e influentes, em dirimir contendas antes de chegarem aos tribunais.

O projeto foi elaborado pela equipe existente, mas, infelizmente, Artur Ferreira Reis afastou-se da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) e o projeto não vingou. Também não vingou o meu projeto pessoal. Não consegui financiamento, mesmo para realizá-lo em Pernambuco. Foi-se de água abaixo o meu doutorado em Direito. Muito tempo depois, no Pimes, o hoje professor Luciano Oliveira realizou ótima dissertação de mestrado com temática semelhante – *Sua Excelência o Comissário*.

Também é desse tempo a visita do antropólogo suíço Alfred Métraux em missão da Unesco que resultou no famoso projeto Unesco sobre relações raciais no Brasil. Disso resultou o livro de René Ribeiro, *Religião e Relações Raciais*. Das várias coisas de que me lembro dessa visita ficou uma frase que me vem sempre à memória: “Fazer pesquisa em Pernambuco é um ato de heroísmo”. Desconfio que a expressão “tempos heroicos do Nabuco” surgiu desse fato

Por fim, uma outra pesquisa sobre valores dos pequenos proprietários, em que fui responsável por algumas entrevistas no atual município de Sairé.

Essa última pesquisa nasceu por inspiração de Gilberto Freyre e teve circunstâncias que merecem ser mencionadas, por revelarem alguns aspectos da situação do Nabuco naquele momento. Parece-me que três pontos devem ser mencionados. O primeiro, a relação entre Gilberto Freyre e os pesquisadores da época. Recordo-me que Gilberto propôs um longo roteiro de entrevista a ser apreciado e discutido pelo corpo científico, mas, talvez, por temor de desagradá-lo de alguma forma, o roteiro não foi modificado. Em uma das poucas visitas ao Nabuco, naquela época, ouvi comentários que me deram essa impressão. Na

verdade, parecia haver um certo consenso de que o roteiro necessitava de modificações e isso, que eu saiba, não foi feito nem discutido com o seu proponente.

Segundo, a execução da pesquisa revelou as dificuldades financeiras e de pessoal existentes. Por acordo com o IBGE, os seus agentes municipais ficaram encarregados de realizar as entrevistas nos municípios selecionados. Isso foi feito, embora, se considerasse que não seria a solução adequada, mas, apenas, uma situação de emergência. Na minha ida ao campo no atual município de Sairé, então distrito de Bezerras, em um período de férias, dispus-me a realizar algumas entrevistas e verifiquei que um dos meus entrevistados já tinha estado na lista do agente municipal do IBGE, e me revelou que respondera apenas a uma parte da entrevista. De volta ao Recife, tive a curiosidade de checar aquele questionário e verifiquei que estava inteiramente preenchido. Surgiu a suspeita de que isso poderia ter acontecido em muitos outros casos. O agente municipal, com o conhecimento que tinha da situação local dos agricultores, poderia ter completado outras entrevistas. Dei conhecimento do fato à direção do Instituto e fui encarregado de relatar minha experiência de campo em um semanário, não sei se mensal ou quinzenal, que se realizava nas tardes das quintas-feiras, se não me engano.

Escrevi o meu relatório descrevendo o trabalho de campo nos seus vários aspectos, levantando, também, várias questões metodológicas e avançando em sugestões a respeito do que poderia ser uma boa política de pesquisa para o IJN. Por incluir este aspecto e, talvez, por estar me intrometendo na vida interna da instituição, procurei o diretor do Instituto e mostrei-lhe o relatório. Segundo ele, seria interessante que eu o apresentasse.

Aqui me surgiu o inesperado. A discussão se tornou áspera, exaltada e revelou tensões internas que existiam entre correntes que disputavam influência e prestígio, embora de maneira não muito ostensiva. Desde então, o seminário deixou de realizar-se o que lamento, por ter sido ingênuo e desconhecer a realidade interna então existente. Hoje, imagino, produto da maneira de como através do tempo vinham sendo recrutado o corpo científico que terminava por trazer para dentro dele diferentes perspectivas, não apenas metodológicas, mas, também, disputas intelectuais e desavenças provincianas. No que concerne às perspectivas metodológicas, possivelmente um certo ensaísmo dos mais

tradicionais e tendências mais quantitativas dos que tinham cursado universidades estrangeiras. Ainda eram tempos difíceis.

Por conta disso, convocado por Gilberto dias depois, tive com ele uma conversa áspera que, felizmente, não terminou por interferir em nossas relações pessoais. Nunca percebi qualquer discriminação de sua parte e, por várias vezes, me perguntou porque não voltava à casa dos “tempos heroicos”.

Recordo, ainda, uma pesquisa sobre o conflito de classes na Zona da Mata, proposta inicialmente por Vamireh Chacon, no início dos anos 1960 e de que fiquei responsável com a sua transferência para a Universidade de Brasília. Era, então, sociólogo da Supra, depois Inda e Ibra. Cheguei a ter depositados em uma conta na Caixa Econômica os recursos para essa pesquisa, mas tivemos que abandoná-la em consequência do golpe ou revolução de 1964 que inviabilizava a coleta dos dados com os trabalhadores dos engenhos.

Nessas memórias pessoais, não poderia deixar de mencionar a presença a convite do IJN, por conta própria ou em colaboração com a Universidade Federal do Recife, de nomes importantes da sociologia, da antropologia, da história e de outros campos. Citaria, entre outros, Georges Gurvitch, Toynbee, T. Lynn Smith, Charles Wagley e até o jurista-sociólogo Pontes de Miranda, autor de um dos primeiros manuais de sociologia publicado por brasileiro, em 1926, e reeditado recentemente.

De todos, a lembrança mais viva é a de Gurvitch, quando ainda me considerava bolsista do Nabuco. A pedido de Gilberto Freyre, tornei-me um espécie de pajem para acompanhá-lo. Além de suas magníficas conferências, em cursos que ministrou, muito aprendi em conversas informais sobre a sociologia francesa daquela época e sobre alguns aspectos da revolução russa de 1917 e de sua convivência com Lenine. Posteriormente, deportado juntamente com Sorokin, depois de algumas andanças, foi parar na Sorbonne e Sorokin em Harvard, de que foi fundador de seu departamento de sociologia.

Creio que também devo mencionar o curso de psicologia social de François Bourricaud. Quase recém-doutor, me pôs em contato com a obra de Parsons, sob cuja orientação fizera o seu doutorado.

Essa é, em linhas gerais, uma história pessoal antes dos tempos de prosperidade e completa organização administrativa institucional. Acho que oferece uma ideia razoável do que foram aqueles tempos. Embora

tenha frequentado posteriormente o Joaquim Nabuco e a Fundaj, tendo até pertencido ao seu Conselho Diretor, não tenho, como afirmei, condições para traçar adequadamente os caminhos posteriores da sociologia nesta instituição. Isso pode e acho que devesse ser feito, mas exigindo bastante tempo e recursos. Quem sabe... daria até uma tese de doutorado. A complicação para mim, conforme mencionei no início, é que considero essa narrativa bastante simplória e insuficiente para que a Fundaj se sinta honrada. Certamente seria de esperar muito mais, especialmente de quem viria honrá-la. Tentarei alongar-me um pouco mais, embora correndo o sério risco de cair em um despenhadeiro, falando apenas de platitudes, importunando a paciência dos que me ouvem.

Na verdade, vou fazer perguntas a mim mesmo sobre o longo caminho percorrido pela Fundaj e seu possível significado nos dias de hoje. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, já dizia Camões. Podemos acrescentar Virgílio: “Os tempos mudam, e nós, com eles”. Poderíamos também imaginar Simmel e seu ensaio sobre a influência do tamanho dos grupos nas suas relações de sociabilidade. Certamente, o Instituto Joaquim Nabuco nasceu para crescer e ser forte e importante na pesquisa social. E é bom que assim tenha sido e não devemos lamentá-lo. Mas, tendo crescido, terá caído naquela profecia do professor Gláucio Veiga? Acredito que não, embora certamente tenha passado por crises e tensões internas.

O que estou a pensar é nesse crescimento como tema sociológico e, mais especificamente, no que se refere à sociologia. Inicialmente, até que ponto e como os objetivos iniciais permanecem no contexto histórico atual, inclusive o da própria sociologia e de seus dilemas. Até que ponto o core dos objetivos iniciais foi mantido e mantida a sua identidade básica? Ainda mais, quando uma série nova de reflexões estão aí para desafiar-nos ou novas formas de refletir sobre velhos problemas da sociologia e das ciências sociais.

Seria interessante verificar como os seus objetivos foram postos desde o conhecido discurso em que Gilberto Freyre apresentou o projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco até o último diploma legal de 2007 (Decreto N° 6.318, de 20 de Dezembro de 2007), passando pelos diversos textos legais e chegando à programação da Dipes (2008-2011). Aqui, uma análise comparativa detalhada seria tema suficiente para um texto relativamente extenso.

Criado para homenagear o centenário de Nabuco, uma preocupação básica se referia ao estudo das condições de vida do trabalhador rural e, nesse aspecto, o problema da desigualdade e da inclusão estava presente. Vários trechos do discurso de seu criador e citações de Nabuco sobre a abolição incompleta o atestam. Com o crescimento institucional o leque de objetivos se ampliou para além do trabalhador rural para acrescentar novas exclusões. Nesse sentido, no meu modo de entender, apesar de seu enorme crescimento, a Fundaj ainda mantém as características de sua identidade inicial. Também é bom verificar que, em mais de um trecho daquele discurso, essa ampliação de objetivos estava presente.

O que me parece nunca ter sido feito, até onde estou informado, é que se tenha feito uma análise do tipo de sociologia praticada durante todo esse tempo. É possível que já o tenha sido, mas ignoro. Mas, como já dizia um meu antigo professor, a ignorância não é pecado; pecado seria a burrice. Quem sabe, essa ignorância será curada aqui e agora? Daí a minha pergunta é, se estou correto, uma sugestão para um trabalho de fôlego. Uma tese de doutorado? Um desmentido para o sombrio vaticínio do professor Gláucio Veiga? Uma contribuição de peso para a história substantiva da sociologia em Pernambuco?

E se eu fosse sociólogo da Fundaj? O que estaria pensando? Tenho uma vivência de mais de quarenta anos de universidade e essa vivência me dá um tipo de perspectiva bem diferente da que teria, se tivesse o mesmo tempo em um instituto de pesquisa. No citado discurso, Gilberto Freyre, não sei se com muita convicção, chega a mencionar a possibilidade de o IJN integrar-se em uma universidade. O fato é que a Dipes tem a pesquisa como objetivo principal e não lhe cabe a missão da formação específica de profissionais. O ensino, aqui, tem objetivos limitados. Cabe-lhe, também, em muitos casos a tarefa de extensão.

Parece-me que o crescimento da pós-graduação teve um enorme impacto no recrutamento para a instituição. Não sei se tanto quanto para os departamentos nas universidades. Tenho a impressão a que busca de um título de pós-graduação *stricto sensu* não mais encontra resistência. Um título desse tipo, se não me engano, já é requisito para admissão do pesquisador.

Assim sendo, como os pesquisadores se inserem no panorama científico nacional, ou seja, no que diz respeito ao financiamento de

pesquisas, ao pertencimento a associações profissionais? Na verdade, esta é uma pergunta um tanto ociosa. Basta olhar o fato de a Dipes estar sediando este encontro e percorrer a lista de participantes e ver as instituições de origem de seus participantes.

Poderia acrescentar, ainda, a questão bastante viva no momento, sobretudo depois do discurso presidencial da ASA, de Burawoy, sobre o sociólogo público. Como se deve mover o sociólogo da Fundaj dentro das categorias por ele propostas?

E, por fim, que uso tem feito as instituições dos resultados das pesquisas em suas políticas públicas? Isto também é um problema na academia.

Finalmente, eu me pergunto, dada a sua natureza e de seus objetivos de fazer sociologia útil, qual o grau de liberdade que têm seus pesquisadores na escolha dos temas de suas pesquisas? Como se comportar no caso das pesquisas encomendadas? Em se tratando de pesquisa útil, como relacioná-la com a pesquisa básica? No meu modo de entender, a existência de pesquisa básica é fundamental para que se transforme a sociedade; é preciso compreender como a sociedade é e como funciona para transformá-la de acordo com os valores mais altos de nosso tempo. Marx e Durkheim, de formas diferentes, já diziam isso. Sem boas interpretações, o mundo não pode ser transformado.

Assim é. Aqui cheguei, contei minha história pessoal e não sei das respostas às minhas indagações. Como disse, um membro da casa estaria muito mais qualificado para falar da sociologia na Fundaj. Espero que, ao fim, nas discussões eu possa ser curado de minha ignorância. Não pude, no entanto, esquivar-me de atender a um convite de uma instituição que, mais de uma vez, me tem proporcionado distinções de que me orgulho. Espero que não os tenha importunado em demasia. Mais uma vez, obrigado por estar aqui.

Referências

FRESTON, Paul, Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. v. 1, p. 369-417.

FREYRE, Gilberto. *Discurso de apresentação do projeto de criação do Joaquim Nabuco na Câmara de Deputados*. 1948.

JUCÁ, Joselice. *Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1991.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. Para uma história da Sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 9, n. 1, p. 7-29, 2003.

RESUMO

Recorda o significado que teve a criação do antigo Instituto Joaquim Nabuco (hoje Fundação Joaquim Nabuco) para as Ciências Sociais em Pernambuco, instituição em que atuou, quando jovem, o próprio autor. Passa em revista os primeiros tempos do IJN, referindo-se aos pioneiros da sociologia no estado, às primeiras pesquisas de campo realizadas no interior pernambucano e a ilustres professores visitantes estrangeiros, que estiveram na instituição a convite de sua direção. O artigo foi extraído de exposição realizada na mesa-redonda *A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das Ciências Sociais no Brasil: linhagens, trajetórias, perspectivas* no XIV Ciso, em 9 de setembro de 2009.

Palavras-chaves: Fundação Joaquim Nabuco. Sociologia. Ciências Sociais. Pernambuco.

ABSTRACT

The author recalls the significance of the creation of the former Joaquim Nabuco Institute for the Social Sciences (today known as the Joaquim Nabuco Foundation) in Pernambuco, an institution where he served as a youth. He revisits the earliest days of the Institute, recalling Pernambucan pioneers of sociology, the first field research conducted in the interior of the state and distinguished visiting professors from abroad who participated in the institution at the invitation of its leadership. The article is excerpted from a round table presentation held at the event; *Joaquim Nabuco Foundation and the Field of Social Sciences in Brazil: lineages, trajectories, perspectives on the XIV Social Sciences Meeting of the North and Northeast (Ciso)*, on September 9, 2009.

Keywords: Joaquim Nabuco Foundation. Sociology. Social Sciences. State of Pernambuco.